

à *informação*

JULHO DE 1969

EDITORIAL

ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Zonas de Exploração Capitalista

na ÁFRICA AUSTRAL

A viagem de Marcelo Caetano à Guiné, Angola e Moçambique e certo número de declarações e acontecimentos africanos mais ou menos importantes, têm mantido no primeiro plano os problemas africanos, aos quais este D.I. é novamente dedicado- (v. nº 13- GUINÉ e nº 16- MOÇAMBIQUE).

O problema das guerras coloniais entre Portugal e os povos de Angola, Guiné e Moçambique é muito difícil de abordar. Isto resulta não só da falta de informação oferecendo um mínimo de confiança e garantia de veracidade, mas também, e sobretudo, da complexidade das situações, reacções e interesses que rodeiam os factos e a realidade africana. Continua deste modo a ser desafiada sem resposta a nossa capacidade de analisar situações concretas e de intervir, a diferentes níveis, na sua transformação.

Tentaremos estimular essa capacidade apresentando, por um lado, uma carta de Basil Davidson ao Manchester Guardian (7 de Abril de 1969) a qual demonstrou mais uma vez como, em face de um acontecimento - Recuperação de Kavandame pelas forças portuguesas- pode haver outra interpretação muito provavelmente mais perto da realidade do que a única versão até agora acessível à grande maioria do povo português.

Por outro lado, ao adepterarmos para português uma análise da estrutura económica e política da África Austral publicada nas " Analyses et Documents " (1)-(Junho de 1966), pretendemos contribuir para a formação de um ponto de vista correcto sobre a situação real que envolve e ultrapassa as guerrilhas em Angola e Moçambique. A apresentação deste texto, que consideramos extremamente esclarecedor dessa situação, exige no entanto alguns comentários:

1. Trata-se de um documento relativamente antigo- Junho de 1966-. A evolução da África Austral, a partir daí, no entanto, parece confirmar a análise feita, sendo por exemplo de salientar, além da adesão recente do governo da Rodésia ao sistema de "Apartheid", os seguintes factos:

o - o protectorado da Basutolândia tornou-se "independente" , com o nome de LESOTHO, em 4 de Outubro de 1966. Este país, agora membro da Comunidade Britânica, continuou depois da independência com a sua economia completamente dependente dos empréstimos ingleses.

o - o protectorado de Bechuanalândia tornou-se "independente com o nome de BOTSWANA, em 29 de Setembro de 1966. Depois da independência, o presidente da República, Sir Seretse Khama, declarou que a moderação em tudo seria a linha fundamental da sua política, e que o equilíbrio delicado na África Austral não seria afectado se bem que "a política racial de Botswana fosse totalmente diferente da da África do Sul, os laços económicos com esta eram indissolúveis". Dias depois, numa nova declaração, anunciava a deportação para a Zâmbia de um grupo de terroristas, ameaçando tratamento "mais severo " em casos futuros.

o - quatro anos depois da independência, a Zâmbia, até, a pouco e pouco, a libertar-se da dependência económica da África do Sul, principalmente através da construção de um pipe-line a partir da costa oriental da Tanzânia, (empréstimos de bancos italianos), de uma estrada alcatroada para grandes camiões, Dar-es-Salam - Lusaka (empréstimos dos Estados Unidos e da Suécia), e do caminho de ferro Dar-es-Salam - Zâmbia (auxílio dos chineses). Estes e outros progressos, nomeadamente a descoberta de novas minas de ferro, demonstram uma utilização

(1)-29, Rue Descartes, Paris 5



engenhosas de receitas, provenientes principalmente da exportação do cobre, em favor de uma industrialização a longo prazo que deveria, na intenção do presidente Kaunda, unir mais estreitamente a Zâmbia à África Oriental, numa comunidade de interesses. Resta saber se isto é realizável, tendo em conta a situação geográfica e as condições nos países vizinhos e sobretudo se todo este progresso vem alterar de algum modo a estrutura económica e política colonial ou neo-colonial ainda existente,.

o - Em relação a Angola e Moçambique, recordemos apenas as repetidas declarações de abertura total aos capitais e investimentos estrangeiros e ainda tres nomes já suficientemente significativos: Cabinda Gulf Oil Company, Cassinga-Companhia Mineira do Lobito (KRUPP) e barragem de Casbora-Bassa.

2. Certas afirmações neste texto não nos parecem suficientemente claras ou justificadas. Será correcto afirmar que os dirigentes dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique "estariam de antemão predispostos ao compromisso para chegar ao poder"? Julgamos que ao longo destes últimos anos a FRELIMO e o MPLA não têm, quer em declarações quer no tipo de acção que desenvolvem, confirmado esta hipótese.

3. Não hesitamos em oferecer aos leitores de D.I. um documento que se pode considerar de leitura relativamente difícil. Parece-nos que a evolução recente da política portuguesa exige que ultrapassemos a análise superficial e episódica das situações e que examinemos com persistência e disciplina intelectual os verdadeiros problemas, denunciemos as opressões fundamentais, definamos com justeza onde passa a linha de separação das forças em presença. Na realidade, e apenas para lembrar dois problemas fundamentais, julgamos que será por exemplo necessário avaliar as medidas em que o desenvolvimento "metropolitano" é essencial para o estabelecimento de bases modernas de um neo-colonialismo, ou ainda como será possível conciliar a eventual adesão ao Mercado Comum europeu, com a construção do "espaço económico português".

Temos esperanças que este D. I. possa servir de base para discussão em grupo dos problemas africanos.

A ÁFRICA AUSTRAL, REGIÃO PRIVILEGIADA DA INTERVENÇÃO DO CAPITALISMO

A África Austral ocupa uma superfície de 6.316 Km², superior à da Europa Ocidental. A população africana é de 38.238.000 (cálculo para 1965).

Há nesta região cerca de 4.291.000 europeus ou não-africanos que controlam todos os sectores de produção e de consumo nestes territórios, dominando completamente a sua economia. O sistema de exploração e repressão não permite ao sector maioritário africano empregar meios normais ou habituais de reivindicação social. Até hoje, em toda a África Austral, a constituição dos governos e a política externa ou interna, foram determinadas pela presença de grandes grupos financeiros, associados ou não ao capital internacional.

A África Austral constitui um dos mais graves problemas que afectam o mundo na hora actual.

Os problemas políticos, económicos e sociais dos países que compoem este conjunto são normalmente encarados separadamente - dando um relevo especial à África do Sul (devido ao Apartheid) ou à Rodésia (devido à sua independência recente sob o controle de uma minoria branca, segregacionista). Mas impõe-se uma perspectiva de conjunto para facilitar a compreensão da natureza complexa destes problemas, as suas tendências evolutivas e as suas consequências para o futuro do continente.

É neste conjunto que estão integradas Angola e Moçambique, que constituem uma das três zonas monetárias em que se podem agrupar os países da África Meridional - rand; libra inglesa; escudo - cujo objectivo comum é a protecção do regime capitalista.

É na África do Sul e na Zâmbia que se encontra a maior concentração industrial e mineira do continente africano. O primeiro destes países, com a sua indústria pesada, zonas mineiras vastas (ouro, diamante, hulha, urânio, etc. ...) e a Zâmbia com a sua "cintura de cobre". Os outros países limítrofes constituem uma força complementar de produção e uma "reserva" de matérias primas que os países industrializados do mundo capitalista querem guardar sob o seu controle, apesar de todos os desacordos de natureza política que possam aparecer.

Todos estes países têm uma economia interdependente, devido à situação geográfica, aos diferentes graus de desenvolvimento industrial, aos recursos hidroeléctricos e à capacidade de consumo.

A Zâmbia, a Rodésia e o Malawi não possuem acessos directos ao mar e devem-se servir dos caminhos de ferro e dos portos de Moçambique (Beira e Lourenço Marques) e de Angola (Lobito); este último é igualmente utilizado pelo Katanga. O porto de Lourenço Marques serve ao mesmo

Angola e Moçambique - sob domínio português, - entraram numa fase de desenvolvimento mais acentuado desde 1961, depois do início da guerra de libertação de Angola.

O governo português abriu total e imediatamente as portas destas colónias aos investimentos estrangeiros (Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, França, Inglaterra e África do Sul). As pesquisas no sub-solo cresceram, e as indústrias de transformação desenvolveram-se com um ritmo regular. As grandes reservas de petróleo e de minerais de Angola e Moçambique interessam aos USA e aos diferentes trusts internacionais.

Até hoje, estas duas colónias têm uma economia dependente da exportação dos produtos tropicais, das receitas resultantes das taxas pagas pelos seus vizinhos pela utilização das vias férreas e portos e igualmente dos trabalhadores moçambicanos (100.000 para a África do Sul e 60.000 para a Rodésia) fornecidos anualmente aos governos destes países.

OS TRUSTS QUE EXPLORAM A ÁFRICA AUSTRAL

Os grandes trusts internacionais que dominam nesta região Sul da África, tendo as principais fontes de receita na África do Sul e na Zâmbia, têm ramificação em todos os países vizinhos incluindo a "cintura de cobre" do Katanga (provincia sul do Congo-Kinshasa) zona de alguns especialistas consideram como integrada totalmente na infraestrutura económica da África Austral. Entre estes grupos, os mais dominantes são: American Metal Climax Incorporated; British South Africa Company; De Beers Consolidated Mines; African Explosives and Chemical Industries; Rhodesian Selection trust; Societé General de Belgique; South African Anglo-American Corporation; Tanganyka Concessions Limited.

A sociedade De Beers controla 85% do mercado mundial do diamante. Trabalha principalmente na África do Sul mas tem interesses em companhias implantadas na Rodésia, Zâmbia e Angola.

A South Africa Anglo-American Corporation, a Tanganyka Concessions e a Rodésia Selection trusts, possuem em conjunto o grupo Argus.

Argus publica todos os jornais da noite em Joanesburgo, Pretória, Durban, Cabo, e Porth Elizabeth; todos os jornais da manhã em Kimberley e Bloenfontain; todos os jornais diários (manhã e noite) excepto um no Malawi, na Zâmbia e na Rodésia.

Uma análise das sociedades que dominam Angola, o Sul-este Africano, a Swazilândia e Moçambique, demonstra o papel maioritário que desempenha a série de trusts importantes que citamos, através de grupos filiados.

Pode-se por exemplo apresentar o exemplo da Tanganyka Concessions, sociedade com capital britânico, que desempenha um papel primordial na África sob o domínio branco. Trabalhando primeiro a partir do Tanganyka, transferiu a sede para Salisbúria, logo que o primeiro governo negro tomou conta do poder (1961) em Dar-es-Salam (capital da Tanzânia). A Tanganyka Concessions representa principalmente uma sociedade de investimentos. Associada da De Beers, na Anglo American Corporation, possui também a sociedade de caminho de ferro de Benguela. A Companhia de Diamantes de Angola está sob o controle da De Beers, associado da Tanganyka Concessions, que por sua vez é accionista da União Mineira do Alto-Katanga.

Esta rede poderosa de interesses, apesar de toda a sua complexidade, permite compreender as interdependências da economia nesta zona meridional da África.

O caso particular da produção de ouro no Sul-Africano é suficientemente claro: Os governos de Moçambique, do Malawi, da Rodésia, da Zâmbia e da Bchuanalândia, asseguram o fornecimento de mão de obra barata, servil e sempre renovável, garantia dum produção rentável e rápida. São cerca de 370.000 africanos por ano...

Certas atitudes políticas das grandes potências, estão estreitamente ligadas à sua posição financeira na África Austral.

As sanções económicas decididas na ONU em 1962 e 1963, contra a África do Sul, não foram votadas pelos países que beneficiam da actual estrutura económica da África Austral, onde as minorias brancas - em todas as classes - procedem como agentes de um sistema que serve os seus interesses e os interesses do capitalismo de Estado.

As grandes potências que defendem o statu-quo actual são: INGLATERRA; USA; FRANÇA; ALEMANHA; FEDERAL; JAPÃO e ITÁLIA. Em 1963 estes países absorveram 87% do total de exportações da África do Sul.

A percentagem dos investimentos estrangeiros era de 58% pertencentes à Inglaterra, 19% aos EUA e 16% aos países do OCDE.

Isto explica a atitude da Inglaterra (quer tenha um governo conservador ou trabalhista) em relação à África do Sul.

A França justifica as suas abstenções na ONU pela "não ingerência" nos negócios internos dos países estrangeiros, mas aumenta os investimentos na África do Sul, pretendendo competir com os EUA. Em 1964 as exportações de França para a África do Sul atingiram 435 milhões de francos.

CLASSES DIRIGENTES E A EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA

O sistema clássico de sobre-exploração da mão de obra africana foi e ainda é o esquema geral usado pelo capital britânico, estrangeiro, sul-africano ou português nesta região do continente.

Assim, o "Apartheid" na África do Sul e todas as formas de segregação racial ainda não institucionalizadas no plano jurídico (apesar de existirem de facto) pelos governos brancos dos países vizinhos - nomeadamente Angola e Moçambique - tentem assegurar a supremacia de uma classe dirigente no poder e a prolongar um sistema tradicional de exploração da mão-de-obra. A estrutura capitalista dos seus sistemas económicos explica a relação entre as duas forças das duas classes da população: nos países de governo branco, a classe explorada é formada pelos africanos e outros povos de cor, e a classe dirigente ou privilegiada formada pelos brancos. Nos países de governo africano, a classe dirigente é formada por elementos da pequena burguesia de cultura europeia, ocidental, contrária à defesa dos interesses das massas populares.

Enquanto no resto da África Austral o capital estrangeiro tem estado sobretudo preocupado pela obtenção de matérias primas a preços muito baixos, de maneira a garantir o desenvolvimento industrial dos países exploradores e a satisfazer as reivindicações de melhores salários do proletariado desses países, na África do Sul a produção de ouro, diamantes e minerais, provocou e acelerou o processo de industrialização local.

De resto, o mesmo processo está a desenvolver-se, embora em proporções mais modestas, em Angola e Moçambique: para além da agitação nas trocas comerciais, provocada pela presença de dezenas de milhares de soldados, o "surto económico" de Angola e Moçambique é provocado pela tendência dos capitais estrangeiros e portugueses de alargarem o seu campo de acção e utilizam a mão-de-obra indígena na criação de indústrias locais, de produtos para consumo interno.

O NACIONALISMO AFRIKANDER

Na África do Sul a tomada do poder pelos nacionalistas brancos afrikanders em 1948, permitiu o desenvolvimento gradual de uma actividade capitalista do Estado, cobrindo todos os sectores da produção, incluindo o da agricultura familiar. O processo adoptado foi bem diferente daquele que corresponderia aos desejos da Grã-Bretanha e do capital mineiro (dominado pelo trust anglo-americano OPPHEIMER) ligado ao capital estrangeiro, e que seria a constituição de uma democracia burguesa, onde os africanos e os brancos teriam representantes no Parlamento (naturalmente na mesma proporção que na Rodésia: 15 deputados africanos, para 50 brancos) mas em que a condução dos negócios pertenceria sobretudo ao capital internacional.

Pelo contrário, os nacionalistas afrikanders, decidiram-se por uma política totalitária, com os seguintes objectivos e meios:

- dominar os sindicatos, não conceder o direito de greve, utilizar o capital do Estado para reforçar a sua posição económica, limitar a formação da mão-de-obra especializada africana, garantir à agricultura capitalista afrikander uma mão de obra servil e quase gratuita
- constituir uma burocracia do partido que controla e dispõe da maioria dos bens de produção (indústria pesada, transportes, etc.)

Se houvesse uma mudança no governo, seria um capital internacional que se tornaria preponderante, mas o proletariado das cidades, e o sub-proletariado da agricultura capitalista continuaria a não dispor dos meios de produção, exactamente como em toda a África Meridional ou Europa Ocidental (democracias burguesas) ou a não dispor da sua gestão como na Europa Oriental, (democracias populares).

Embora constitua um dos maiores obstáculos no caminho da democracia, a estrutura do sistema económico dos monopólios "nacionalistas" pode apresentar vantagens a longo prazo na perspectiva de uma vitória das forças revolucionárias.

Esta afirmação parece-nos justa, na medida em que a estrutura da economia Sul-Africana planificada e estabelecida para estar ao serviço de um sector minoritário da população (3.300.000 em Junho de 1963) poderia ser posta ao serviço de uma política económica em benefício de uma maioria africana e de outros povos de cor (14.074.000) e onde a gestão da burocracia pela minoria afrikander seria substituída integralmente por uma gestão feita pelos próprios trabalhadores africanos.

Será o único meio para evitar os erros cometidos no passado pelos dirigentes das classes trabalhadoras nos países de democracia popular, e que deu origem a uma dualidade de controle económico, na medida em que os técnicos do regimen anterior se aliam e misturaram com os funcionários dos sindicatos trabalhadores e do Partido, para criar uma burocracia dirigente que desempenha um papel equivalente ao da burguesia capitalista que detém o poder nas democracias

burgueses industrializadas da Europa Ocidental, nas ditaduras ibéricas e nos EUA... Será ainda o único meio de evitar que a revolução do proletariado seja traída pelos próprios representantes da classe trabalhadora, nos sindicatos e no partido "comunista". O mesmo fenómeno se verifica nas democracias burguesas, onde os representantes da classe trabalhadora pactuam com o patronato.

Se admitirmos isto, vemos de que maneira é ineficaz a actividade filantrópica ou humanitária dos movimentos internacionais anti-apartheid, na medida em que eles se propõem e se preocupam unicamente com a eliminação da segregação racial, fenómeno que fere brutalmente a sua tradição humanista de liberais ocidentais, sem encerrar também a destruição das estruturas capitalistas e a passagem à gestão completa da economia, pelo proletariado africano.

A RHODÉSIA - DE IAN SMITH

A Rodésia pertencia à Federação das Rodésias e Niassalândia, desagregada em Dezembro de 1963, e donde saíram países formalmente independentes, como a Zâmbia e o Malawi.

A declaração de independência unilateral de Ian Smith, representante da minoria branca, (219.500) habitantes em 1965) foi possível, graças à força política do "Rhodesian Front", aliada ao capital agrícola (grandes fazendeiros capitalistas), e ainda ao apoio do partido trabalhista inglês.

Todas as medidas e leis publicadas pelos representantes britânicos (tanto no período do Partido Conservador como no do Partido Trabalhista) revelam um objectivo primário: não permitir a verdadeira representação de uma maioria africana no poder (4.020.000). A revogação de leis segregacionistas e a política de apartheid, levaram os rodésianos brancos a unirem-se, tomados de pânico. Lembremo-nos dos partidos africanos como o Z.A.P.U., declarado fora da lei, e mais tarde o Z.A.N.U. e a fixação de residência dos seus chefes, fora das cidades, (Setembro de 1962). Lembremo-nos também da separação dos exércitos da Federação das Rodésias e da Niassalândia e a transferência de forças aéreas britânicas para a Rodésia, com o fim de proteger os investimentos ingleses, de garantir uma democracia burguesa autónoma, sob o controle de um governo de minoria branca, em princípio fiel à Coroa, mas de qualquer modo um governo branco, que podesse assegurar à Rodésia o papel de uma muralha contra as perspectivas de penetração das forças nacionalistas africanas na África do Sul e em Moçambique.

Vê-se que os trabalhadores africanos não têm outra solução senão a revolução popular pelas armas, à escala do país, de ganhar e arrancar o poder à classe dirigente. Recordemos também que a nova constituição negociada em 1961 pelo governo rodésiano com o governo britânico (Partido Conservador) permitiu o acesso ao parlamento de 15 africanos contra 50 brancos. Por esta constituição, a Grã-Bretanha renunciava ao direito de intervir na Rodésia a favor da maioria africana.

Evidentemente, a constituição de 1961 continha uma Declaração de Direitos que era suposta evitar toda a legislação discriminatória, mas uma nova decisão tornou essa precaução inútil, "permitindo ao governo promulgar leis discriminatórias, no caso de poderem ser justificadas pelos interesses da Rodésia do Sul". Mas quem decidirá se são ou não "justificadas"? Precisamente o governo branco da Rodésia, que tem ignorado sistematicamente os interesses da maioria africana da população.

A legislação promulgada na Rodésia, permitiu sempre aos brancos apropriarem-se das terras férteis, pertencentes às populações bantas. Estas foram concentradas nas reservas, longe das estradas e dos caminhos de ferro, em terras não beneficiando de uma percentagem válida de produtividade e sem possibilidades de serem irrigadas.

Em qualquer caso, em 1957, dos 12.838.500 hectares na posse dos brancos, somente 445.000 estavam cultivados. Esta proporção diminuiu desde então. Nas cidades rodésianas, há 652.980 africanos (quase 1/6 da população) dos quais 612.573 são assalariados. Seja nas fábricas ou na agricultura, o colono branco ganha tanto como 14 africanos.

Desta forma, os colonos ingleses, ou os colonos rodésianos ou sul-africanos, quer dizer, o sector branco da população, domina totalmente a estrutura política, social e económica do país, desde 1923, data da sua transformação em colónia autónoma.

A INDEPENDÊNCIA DA ZÂMBIA E DO MALAWI

A Zâmbia e o Malawi, países com governos africanos, dependentes do ponto de vista económico dos interesses britânicos e internacionais (em particular dos Estados Unidos na Zâmbia) e das facilidades de trânsito concedidas pelo governo de Lisboa (tal como para a Rodésia) têm ainda uma estrutura económica do tipo colonial ou neo-colonial.

A Zâmbia, enquanto as forças revolucionárias não tomarem o poder, estará dependente dos países vizinhos dominados pela minoria branca. Os 700.000 brancos que vivem naquele país, desempenham um papel importante, ocupando posições-chave nos sectores da produção e do transporte rodoviário. A maioria africana, calculada em 3.654.000 em 1965, que constitui quase completamente o

Proletariado e o sub-proletariado do país, vive em condições miseráveis, tal como na Rodésia e no Malawi. Quase 40% das importações vêm da Rodésia, e 20% da África do Sul. A exportação do cobre constitui a principal fonte de receitas.

O Malawi, que se tornou uma República independente e pertencente à Comunidade Britânica, desde 6 de Julho de 1966, tem uma população branca de 14.000 habitantes e uma população africana de cerca de 5.359.000 (cálculo para 1965). A estrutura económica é a herança da época colonial e do período da Federação das Rodésias e da Niassalândia, quer dizer, uma economia sub-desenvolvida.

A principal fonte de receita, é a mão-de-obra Anyanja, assalariada nas minas da África do Sul bem como na cintura de cobre da Zâmbia, e que representa 50% da sua população assalariada. Estes trabalhadores enviam cerca de dois milhões de libras por ano, para o Malawi. Com um orçamento anual da ordem dos 15 milhões de libras em 1965, houve um deficit de 6 milhões de libras coberto por uma garantia da Grã-Bretanha, o que mostra bem a dependência deste país em relação ao antigo colonizador.

ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Por outro lado, os problemas de Angola e de Moçambique e o seu sistema de colonização e de exploração, apesar das diferenças que se podem encontrar nos métodos dos colonizadores, são semelhantes aos dos protectorados britânicos, pelo menos no seu conteúdo.

A maneira de adquirir a terra, o sistema de exploração agrícola e o recrutamento e exploração da mão-de-obra africana, foram quase inteiramente inspirados pelo sistema das grandes companhias britânicas.

Por exemplo, a manutenção da propriedade rústica privada para os indígenas (apresentada pelas autoridades coloniais como reservas garantidas unicamente para os indígenas), apesar da aparência jurídica de protecção dos interesses dos africanos, não é mais do que uma garantia da intervenção futura dos colonos brancos da metrópole, ou das companhias estrangeiras ou nacionais, representantes do grande capital.

O regime das grandes plantações passou das mãos das companhias da coroa para os monopólios internacionais. As culturas dos produtos tropicais, mais rentáveis nos mercados estrangeiros, foram escolhidas em vista da exportação quantitativa, desprezando voluntariamente o problema da alimentação do sub-proletariado africano, condenado à fome e à decadência física.

Às vezes, como no caso do algodão, ou da cana-do-açúcar, a transformação de matéria prima fazia-se nas fábricas de Europa, com a garantia de colocação dos produtos acabados (tecidos de algodão e açúcar) nos mercados da origem; tanto os preços de venda como os de compra eram fixados pelo governo da metrópole colonial. A exploração da mão-de-obra, diferindo apenas no grau de violência, foi igualmente um factor comum à administração britânica e portuguesa.

Apesar disto, o contacto com a mão-de-obra exportada para os países industrializados como a África do Sul ou com uma indústria mineira ou de transformação mais evoluída como a Zâmbia e a Rodésia e o proletariado destes países, foi o veículo de formação dum espírito reivindicativo, até mesmo de revolta, forjado ao nível das massas proletárias.

Os contactos estabelecidos pelas massas camponesas do interior que foram forçadas a emigrar para as cidades ou outros centros industrializados, para procurar melhores salários, permitiu-lhes estabelecer uma comparação entre os privilégios atribuídos por um lado a uma classe dirigente branca e por outro lado à exploração de que eles são objecto.

A ausência de investimentos para as indústrias de transformação a grande escala, a ausência total de indústrias de produtos manufacturados e têxteis (reservados à Metrópole) e a manutenção das estruturas agrárias primitivas visando a exportação massiva das matérias primas e a utilização duma mão-de-obra servil a preços muito baixos, particularmente em Moçambique, levou o governo português (tanto no período da monarquia, como no da República de 1910 até data recente), a criar dificuldades de acesso à instrução das massas africanas. O ensino destinado à maioria africana, confiado aos missionários (católicos ou protestantes) limitava-se a um conhecimento rudimentar da língua portuguesa - durante três anos - indispensável no trabalho agrícola nas grandes plantações e no trabalho doméstico em casa dos brancos.

RACISMO NÃO INSTITUCIONAL

A todas estas dificuldades, devemos acrescentar ainda as que provêm de formas de segregação racial ainda não institucionalizadas no plano jurídico embora existam de facto (consequência lógica de uma forte segregação económica).

Estas são, em resumo, as armas ideais que impediram a formação dum proletariado agrícola ou industrial importante e numeroso ou mesmo duma burguesia africana favorável a uma independência total e à abolição das estruturas estabelecidas pelo colonialismo. Existe no entanto um grande número de trabalhadores agrícolas das plantações de café, chá, cacau, algodão e açúcar, que constituem o que se chama o sub-proletariado angolano ou moçambicano, potencial revolucionário nestes países.

Apesar de todas estas limitações e de uma forte repressão, a administração colonial portuguesa tal como o governo britânico na Swazilândia, não pôde evitar greves- proibidas e dominadas com o emprego da força policial e exército- nem as revoltas, nem as lutas pela libertação nacional.

A sobreexploração sistemática do sub-proletariado do interior e dos assalariados dos portos, contribuiu para o desenvolvimento do potencial revolucionário dos africanos, o que permitiu aos progressistas e nacionalistas tentar no interior do país organizá-los e dirigi-los para a resistência e para a luta armada, e ainda muitas vezes politizá-los.

Os movimentos de libertação fundados nos países limítrofes, apoiados nos trabalhadores emigrados desde 1941- época durante a qual as autoridades impuzeram as culturas obrigatórias do algodão, do arroz, etc... em Angola e em Moçambique, provocando um êxodo para o ex-Congo Belga, a Rodésia do Norte e a Niassalândia e para as Rodésias e o Tanganica- beneficiaram igualmente do acréscimo ou da evolução do potencial revolucionário no interior para implantar as guerrilhas e desencadear a luta pelas armas.

Mas o objectivo das forças revolucionárias não pode limitar-se à aquisição da independência do país e à substituição de uma classe dirigente formada pela burguesia branca, por aqueles que não seriam mais que agentes africanos dum capitalismo internacional.

Todas as formas de independência negociada, obtida sem que o povo tenha sido obrigado a arrancar (por meio de organizações autónomas e pela sua iniciativa revolucionária independente, libertada da ideologia burguesa ou pequeno-burguesa) a sua liberdade real e os seus direitos legítimos aos representantes das forças capitalistas ou dos pseudo-nacionalistas africanos, estão de antemão condenadas a um compromisso, sinónimo da manutenção das estruturas económicas estabelecidas pelo regime colonial ou autocrático do opressor.

Os dirigentes dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique (MPLA, GRAE (1), FRELIMO), não são representantes autênticos (o que não quer dizer que não haja militantes realmente revolucionários nestas organizações "nacionalistas") dos trabalhadores daquelas países e constituem uma elite pequeno-burguesa, mestiça ou não, predisposta de antemão ao compromisso para chegar ao poder. A sua vitória serviria apenas os interesses da burguesia neo-colonialista portuguesa não monopolista, da Metrópole.

Assim o statu-quo económico seria mantido de modo a assegurar a rentabilidade do capital investido (Alemanha Federal, Inglaterra, USA, Bélgica, França, Suíça, Portugal, África do Sul...) e a conservação das fontes de matérias primas que estas zonas representam.

O CAPITAL INTERNACIONAL E AS GUERRILHAS

Deve-se ainda sublinhar o interesse do capital internacional pela actividade dos movimentos de libertação nacional, na medida em que isso poderá obrigar o governo português a abrir as colónias à penetração do capital estrangeiro. Os empréstimos que o governo de Portugal obteve desde 1961, dos governos ou trusts estrangeiros por um período superior a 40 anos. Estes empréstimos foram obtidos a partir do início da luta armada, para permitir a cobertura das despesas das guerras de extermínio contra os povo oprimidos da Guiné, Cabo-Verde, Angola e Moçambique.

No caso de uma eventual tomada de poder pelos dirigentes "nacionalistas", poderia vir a dar-se uma nova aliança político-económica com estes últimos. Isto explica a intensa campanha internacional em favor de tal ou tal movimento, de tal ou tal dirigente, visando anular e impedir a actividade dos elementos ou movimentos realmente interessados numa verdadeira independência, com a cumplicidade consciente ou inconsciente da esquerda europeia.

Tanto na África negra como na África árabe, a descolonização oferece-nos exemplos claros do que acabámos de expor, fenómenos que denunciam o interesse do capitalismo internacional em manter o desequilíbrio do continente, em conservar uma África do Sul racista, imitada pela Rodésia, as colónias portuguesas, os protectorados britânicos, e os estados "independentes", incapazes de se subtraírem à dependência económica e política das grandes potências industrializadas.

A "RECUPERAÇÃO" DE LAZARO KAVANDAME

A propósito da notícia da deserção de L. Kavandame, Basil Davidson, especialista de assuntos africanos, escreveu uma carta ao jornal THE GUARDIAN, em 7 de Abril, em que começa por afirmar que "em vez de significar virtualmente o fim da guerrilha da FRELIMO contra o domínio colonial português, a deserção de Mzee Lazaro representa um sinal de fortalecimento da unidade e eficácia da FRELIMO." E salienta os seguintes factos:

1.- Lazaro foi um dos fundadores do MANU, um dos mais antigos movimentos nacionalistas entre os Makondes de Cabo Delgado. Em 1961 o MANU integrou-se, juntamente com outros movimentos nacionalistas, na FRELIMO.

(1) GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DE ANGOLA NO EXÍLIO

A partir de 1962 Lazaro tornou-se, desta forma, um dos principais representantes da FRELIMO na provincia de Cabo Delgado, vivendo parte do tempo no sul da Tanzânia e outra no norte de Moçambique.

2.- Lazaro começou a preocupar-se com as implicações políticas do sucesso considerável que a FRELIMO alcançou na guerrilha iniciada nos fins de 1964. As suas preocupações tinham pouco que ver com as influências exteriores- sejam da Russia, China ou Estados Unidos- mas principalmente com o facto das guerrilhas fazerem ascender jovens pouco desejosos de aceitar as posições tradicionais dos chefes locais idosos entre os Makondes, tal como Lazaro, e reclamam do cada vez mais, novas estruturas pós-coloniais.

3.- Lazaro e outros sete delegados políticos de Cabo Delgado recusaram-se a participar no Congresso da FRELIMO que se realizou em Julho na provincia do Niassa, em Moçambique. Eu sei isto porque estava lá. Mas neste Congresso, participaram todos os nove delegados militares e político-militares de Cabo Delgado (bem como cerca de 140 delegados das restantes oito provincias de Moçambique). Entre estes jovens delegados de Cabo Delgado estava por exemplo, o principal comandante militar, um antigo professor muito inteligente chamado Raimundo, com o qual tive longas conversas. Penso que Raimundo é representante do tipo de jovens moçambicanos que encaram a guerra revolucionária em que estão empenhados como o meio de construir novas estruturas políticas democráticas, e para quem as actuais estruturas, desenvolvidas principalmente pelas necessidades da dominação colonial portuguesa, são copletamente inadequados para as tarefas da reconstrução pós-colonial. Estes delegados de Cabo Delgado tomaram uma parte muito activa no Congresso e alguns deles foram eleitos para o Comité central alargado da FRELIMO.

4.- Por alturas do Congresso, no entanto, Lazaro e os seus amigos estavam a cozinhar um movimento separatista Makonde com a ajuda de alguns leaders da parte do povo Makonde que reside na Tanzânia, e formado sobretudo por refugiados que para ali têm ido desde o princípio da guerra; este facto chegou ao conhecimento de Eduardo Mondlane, que tinha sido reeleito presidente da FRELIMO através de uma dramática confrontação com Lazaro e alguns dos seus sequazes. Isto sucedeu entre 6 e 10 de Agosto de 1968, pouco depois do Congresso ter acabado. Mondlane e os restantes dirigentes da Frelimo souberam então- transcrevendo uma carta que Mondlane me escreveu em 16 de Agosto- "que, enquanto nós estávamos no Congresso, Lazaro e os seus amigos preparavam-se para a)- bloquear a direcção de Mondlane, se fosse reeleito, o que realmente aconteceu ou b)- dividir a Frelimo em dois movimentos...". O outro movimento seria apenas constituido por Makondes de Cabo Delgado., e o seu objectivo seria libertar esta provincia e instaurar um novo BIAFRA..."

5.- Este movimento sephratista falhou por causa da reacção enérgica de Mondlane e do apoio que recebeu dos dirigentes do governo da Tanzânia, que também começavam a estar ao corrente do que se passava, e insistiram num encontro. Nessa confrontação, Mondlane foi unânimemente apoiado pelos delegados político-militares de C. Delgado e a posição de Lazaro tornou-se insustentável. Nesta altura- citando a carta de Mondlane- "realizando a fragilidade da sua posição, Lazaro tornou-se manso como um cordeiro..."

Por outras palavras, a FRELIMO saiu do Congresso de Julho e da confrontação entre Mondlane e Lazaro em Agosto nitidamente vitoriosa em relação a estes separatistas mais idosos que temiam e sem dúvida ainda temem, que a evolução da FRELIMO em Moçambique possa limitar os seus privilégios políticos e comerciais, facultados parcialmente pelos portugueses.

Agora que Lazaro parece ter-se passado para os portugueses, e isto na esteira do ainda inexplicado assassinato de Mondlane, podemos perguntar-nos se de facto o seu jogo não seria mais profundo do que Mondlane, Simango e os seus companheiros descobriram em Agosto. Do seu lado, é claro, os portugueses tentaram sempre separar a FRELIMO nos seus grupos étnicos (outro caso de tribalismo inspirado pelos europeus); com este fim, têm usado toda uma série de espíões africanos cujos nomes, na sua maior parte, são conhecidos ou fortemente suspeitos.

Como as coisas estão hoje, contudo, o balanço dos factos pode apenas sugerir que os portugueses falharam tanto nas manobras políticas, como na frente militar.

E não podem estar de modo nenhum satisfeitos com o facto de Lazaro estar agora abertamente do seu lado. Porque a utilidade de Kavandame, grande ou pequena, directa ou indirecta, acabou!!..

PODE-SE ENGANAR ALGUMAS PESSOAS TODO O TEMPO; PODE-SE ENGANAR TODAS AS PESSOAS ALGUM TEMPO; MAS NÃO SE PODE ENGANAR TODAS AS PESSOAS TODO O TEMPO.
Abraham Lincoln

